



EMMANUELA VIRGINIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____ a
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA – CE.

LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO, brasileira, união estável, consultora de vendas, inscrita no CPF sob o nº 630.383.663-15, portadora da cédula de identidade RG nº 98010078623 SSP/CE, residente e domiciliada na Rua Consunel Melo, nº 1130, Apto. 102, Potira, CEP: 61.650-370, Caucaia – CE, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada e procuradora ao final assinado e constituída na forma do instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional aludido em notas periféricas, com endereço eletrônico emmanuela.virginia@globo.com, propor a presente

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

Para reconhecimento da união estável, bem como levantamento da indenização por morte do seguro DPVAT, junto a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, Sociedade seguradora de seguros não vida, inscrita no CPNJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Rua da Assembleia, nº 100, andar 26, CEP: 20.011-904, Centro, Rio de Janeiro - RJ, pelos fatos e fundamentos aduzidos a seguir:

**EMMANUELA VIRGINIA**

1. PRELIMINARMENTE

DAS PUBLICAÇÕES

Inicialmente, REQUER sejam as publicações, intimações e demais notificações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE e independentemente de algum outro Causídico ter realizado ou vir a realizar algum ato processual neste caso, em nome da advogada EMMANUELA VIRGINIA MOREIRA DA SILVA DE CARVALHO, inscrita na OAB/CE sob o nº 38.150, com escritório profissional situado à Avenida Humberto Monte, nº 2929, sala 201, Torre Norte, Pici, CEP: 60.440-593, Fortaleza – CE, SOB PENA DE NULIDADE, nos termos do art. 272, § 5º, do Novo Código Processual Civil e na conformidade do entendimento pacificado pela Corte Especial do STJ no EREsp. nº. 812.041.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente a Autora declara-se pobre na forma da lei tendo em vista não ter condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem comprometer o sustento próprio e se sua família, razão pela qual requer que seja deferido os benefícios da Gratuidade de Justiça, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV da Carta Magna e na Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), artigos 98 e seguintes, conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

2. DA SITUAÇÃO FÁTICA

A autora conviveu maritalmente com o segurado MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA, desde meados de maio de 2000. Da união adveio uma filha, atualmente menor de idade, Marliane Furtado da Silva, nascida em 05/05/2012.

Aos 27 de agosto de 2014, os cônjuges registraram Escritura Declaratória de União Estável, perante o Cartório Moreira de Deus, na Comarca de Fortaleza –CE , constante no livro 206, folha 207, a fim de declarar sua convivência duradoura, pública e continua, com o objetivo de constituírem família, enquadrando-se



EMMANUELA VIRGINIA

plenamente na definição dada pelo artigo 1.723 do CCB/02, sendo-lhes reconhecido a união estável como entidade familiar e a condição de companheiros.

Ocorre Excelência, que o cônjuge varão, sofreu acidente motociclístico, vindo a óbito em 03 de setembro de 2018, conforme certidão de óbito em anexo.

Ao requerer a indenização do seguro DPVAT junto a Seguradora Lider, mediante o sinistro de nº 3190062998, o mesmo lhe foi negado, sob o fundamento de que falta prova de companheirismo da autora junto ao segurado. Tamanho absurdo Excelência, posto que foi devidamente apresentado a Escritura Pública de União Estável, declarada vários anos antes do aludido acidente.

Desta forma, não lhe resta outra alternativa, se não recorrer ao Judiciário para que seja reconhecido sua legitimidade em requerer referido seguro, bem como seja expedido alvará judicial, autorizando a mesma a receber os valores que lhe são devidos.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – RECONHECIMENTO DA ESCRITURA PÚBLICA DE UNIÃO ESTÁVEL COMO PROVA DE COMPANHEIRISMO

União estável é um contrato firmado entre duas pessoas que vivem em relação de convivência duradoura e estabilizada, e com o intuito de firmar um núcleo familiar.

Nos termos do art. 1.723 e seguintes, do CCB/02, a união estável é um direito garantido para todos os cidadãos e os ampara pelos mesmos direitos garantidos no casamento civil. Vajamos:

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência



EMMANUELA VIRGINIA

do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

§ 2º As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.

A união estável é ato jurídico lícito que exige a capacidade de ter “intuito de constituir família”. O instituto está previsto também no § 3º do art. 226 da Carta Magna, que reconhece a união estável como entidade familiar e, como tal, merecedora de proteção legal.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Em casos análogos assim entende os Tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL . SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT . LEGITIMIDADE DA COMPANHEIRA . INDENIZAÇÃO . PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE . I - A companheira que comprova essa qualidade deve ser equiparada à esposa, possuindo legitimidade para pleitear o pagamento do seguro . II - O pagamento do seguro obrigatório DPVAT decorre da simples prova do acidente ocorrido e do dano advindo deste, independentemente da existência de culpa, por força do art. 5º da Lei nº 6.194/74, com nova redação dada pela Lei nº 8.441/92 . (TJ-MA - AC: 164132009 MA, Relator: JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, Data de Julgamento: 29/07/2009, COLINAS).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. MORTE. LEGITIMIDADE ATIVA DA COMPANHEIRA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ART. 3º, INCISO I, DA LEI Nº 6.194/74. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I – A companheira possui legitimidade para pleitear o pagamento do seguro DPVAT em caso de morte do segurado. II – O valor da indenização, em caso de morte,



EMMANUELA VIRGINIA

será fixado com base no inciso I, do art. 3º da Lei nº 6.194/74

(TJ-RR - AC: 0010168045234 0010.16.804523-4, Relator: Des. , Data de Publicação: DJe 02/08/2017, p. 17)

Dessa forma, em razão dos fatos acima narrados, faz-se necessário, o cumprimento da obrigação de fazer com o reconhecimento da legitimidade da autora como companheira e beneficiária da indenização, com o consequente recebimento da parte que lhe cabe do seguro DPVAT.

4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) O deferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98, caput, art. 99 §4º c/c art. 105 do CPC/2015;
- b) Seja expedido o competente mandado judicial objetivando obrigar a Requerida a reconhecer a legitimidade da autora como companheira de MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA, com o consequente pagamento da parte que lhe cabe da indenização do seguro DPVAT, no prazo estipulado por este r. Juízo, sob pena de multa diária;
- c) A citação da requerida para que conheça os termos da presente ação, conclamando-a a anuir e ou contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
- d) Por fim, a procedência total da presente, com julgamento antecipado da lide (se possível), impondo-se a Requerida o pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, nos termos do artigo 369 e seguintes do NCPC, em especial a prova documental.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), meramente para fins fiscais.



EMMANUELA VIRGINIA

Nesses Termos,

Pede e espera deferimento.

Fortaleza, 11 de agosto de 2019.

EMMANUELA VIRGINIA M. DA S. DE CARVALHO

Advogada – OAB (CE) 38.150



EMMANUELA VIRGINIA

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: **LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO**, brasileira, união estável, consultora de vendas, inscrita no CPF sob o nº 630.383.663-15, portadora da cédula de identidade RG nº 98010078623 SSP/CE, residente e domiciliada na Rua Consunel Melo, nº 1130, Apto. 102, Potira, CEP: 61.650-370, Caucaia - CE.

OUTORGADA: **EMMANUELA VIRGINIA MOREIRA DA SILVA DE CARVALHO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil seção do Ceará sob o nº 38.150, com escritório profissional à Av. Humberto Monte, nº 2929, Condomínio Premium, Torre Norte, sala 201, Bairro Pici, CEP: 60.440-593, Fortaleza - CE.

PODERES: Para o foro em geral, com cláusula "ad judicium" - "et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo para tanto ajuizar as ações competentes e defende-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato que lhes é conferido na justiça estadual, federal e agências reguladoras.

Fortaleza, 08 de junho de 2019.

LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO



EMMANUELA VIRGINIA

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO, brasileira, união estável, consultora de vendas, inscrita no CPF sob o nº 630.383.663-15, portadora da cédula de identidade RG nº 98010078623 SSP/CE, residente e domiciliada na Rua Consunel Melo, nº 1130, Apto. 102, Potira, CEP: 61.650-370, Caucaia – CE, **DECLARO**, nos termos do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e da Lei nº 7.115/83, que dispõe sobre prova documental para todos os fins de direito, para fazer prova em juízo ou fora dele, que sou pobre na forma da Lei, nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei nº 13.105/2015, não podendo custear despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de minha família, assumindo inteira responsabilidade pelo que ora declaro sob penas da lei, indicando como minha patrona a Advogada EMMANUELA VIRGINIA MOREIRA DA SILVA DE CARVALHO, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Ceará sob o nº 38.150, que aceita a minha causa.

Fortaleza, 08 de junho de 2019.

Liliane de Oliveira Furtado

LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO
TERRITÓRIO NACIONAL

1158287489

INTERMUNIC. LTDA

PERMISSÃO PLASTIFICAR

1158287489

NOME
LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO

DOC IDENTIDADE / CNH EXISTENTE EM
98010078623 SSP CR

CPF
630.383.663-15 DATA NASCIMENTO
13/11/1981

IRACÃO
LUIZ AUGUSTO SILVA
FURTADO
MEIREANE DE OLIVEIRA
FURTADO

PERMISSÃO
PERMISSÃO

NCC
000000

CATEGORIA
B

Nº REGISTRO
06459999672

VALIDADE
10/09/2016

1ª HABILITAÇÃO
11/09/2015

OBSERVAÇÃO

SEM OBSERVAÇÃO

Liliane de Oliveira Furtado

UF
PORTALEZA, CR

DATA
14/09/2015

1- V. L. P. M.

1158287489

Nº DO CLIENTE 7420588-9		A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.		CONSUMO	
Para solicitar seu atendimento, utilize o nº 0800 sempre que entrar em contato conosco.		Rua Padre Voldesirio, 150 CEP 60135-040 - Fortaleza-CE CNPJ 07.047.251/0001-70 CEC 06.171.848-3		Empreitada	
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B SÉRIE B-1 Nº 445567884					
Rota 05 2200/12 268515 - 3		Data de Emissão 09/09/2016			
Nome LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO					
End. Postal RU CNS MELO 01130 AP 102 POTIRA II - CAUCAIA - 60000000					
Medidor 5018880		Poste 0000 0000			
Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO		Fator de Potência 1,00			
RG / CPF / CNPJ 630383663-15		CGF			
Nome do Responsável					
DATAS			ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Período de Referência	Data da Apresentação	Próxima Lettura	Veja a legenda no verso desta conta.		
8/2016	09/09/2016	11/10/2016	Conjunto JUREMA		
			Mês	Jul/2016	Índice 20,55
DATAS			Padrão Individual		
Valor de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor da Inscricao	Mensal	Trim.	Anual
15,55	0,00	17,51			
DETA LHA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL			Apuração Individual		
POT. SOCIAL 7420588-9 1705.1932.4048.1500			Mensal	Trim.	Anual
			DIC	0,25	0,55
			FIC	0,44	0,89
			DMIC	0,49	0,98
INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO					
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (Wh)	Cons. Incl.	Const. FeL
730	636	1,00	34	0,00	94
09/09/16	09/09/16		31,0 26		34
					Valor (R\$)
					65,55
					65,55
					VALOR (R\$)

Scanned by CamScanner

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
GERALDO ANTONIO SOUZA DA SILVA		
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA 90001017735 SSP CE	
	CPF DATA NASCIMENTO 456.263.593-20 04/04/1972	
	FUNÇÃO GERALDO RODRIGUES DA SILVA CASSIA SOUZA DA SILVA	
	HABILITAÇÃO ACC CATEGORIA [] [] AD	
Nº MOTORISTA 03279519849	VENCIMENTO 22/10/2037	1ª HABILITAÇÃO 26/04/1990
EXERCE ATIV REMUNERADA:		
		
ASSINATURA DO PORTADOR		
LOCAL FORTALEZA, CE	DATA EMISSÃO 09/11/2012	
		84506888416 CE132805774
ASSINATURA DO EMPESOR FRANCISCO JÚLIO DIAS CAVALCANTI		
DETRAN-CE (CEARA)		

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
631492218

PROIBIDO PLASTIFICAR
631492218



Comarca de Fortaleza - Estado do Ceará

Titular: Dra. Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

Escritura declaratória que fazem **MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA** e, **LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO**, na forma abaixo:

Saibam quantos este público instrumento virem que, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de 2014 (dois mil e quatorze) nesta Cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, neste Tabelionato, sito na Rua Cassimiro Montenegro, nº 50, Monte Castelo, compareceram, **MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA**, brasileiro, divorciado, comerciante, identidade nº 90001017735-SSP-CE, CPF nº 456.263.593-20, **LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO**, brasileira, solteira, do lar, identidade nº 98010078623-SSPDS-CE, CPF nº 630.383.663-15, ambos residentes e domiciliados na Rua Padre Alzir Sampaio, nº 204, Presidente Kennedy, Fortaleza, Ceará; E pelos Outorgantes declarantes e reciprocamente outorgados, me foi dito, falando cada um por sua vez, nos termos do Título III, do livro IV do Código Civil de 2002 e do Art. 226, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo de possível aplicação subsidiária da Lei 9.278/96, que convivem sob o mesmo teto desde **05/05/2000**, que dessa união tiveram 01 filha: *Marliane Furtado da Silva, nascida em 05/05/2012*, e resolveram manter união estável *more uxório*, mediante as seguintes cláusulas: **I** - declaram os outorgantes sua convivência duradoura, pública e contínua, com o objetivo de constituírem família, por este motivo enquadram-se plenamente na definição dada pelo art. 1.723 do CCB/02, reconhecendo-se esta união como entidade familiar e a condição de companheiros aos declarantes; **II** - Outrossim, asseveram não estarem incursos nos impedimentos do Art. 1.521 do CCB/02, pelo que a presente união se faz livre de quaisquer vícios que porventura a maculariam; **III** - Por conseguinte, devem reciprocamente, lealdade, respeito e assistência, moral e material, bem como guarda, sustento e educação dos filhos que possam nascer da presente união; **IV** - A colaboração nos encargos familiares, exercido em cumprimento ao dever de assistência retro de mencionado, gera a dependência econômica do companheiro que porventura não puder contribuir; não restando dúvidas em qualquer caso quanto a sua inclusão em planos de saúde, previdência social, ou quaisquer outros em que possa ser incluído na qualidade de companheiro; **V** - Quanto às relações patrimoniais, nada de especial dispõem os companheiros, razão pela qual prevalecerá, no que couber, **comunhão parcial de bens**. Em suma, os bens, adquiridos a título oneroso, na constância da união estável pertencem a ambos; **VI** - Destarte, não somente os bens possuídos por cada companheiro antes da união, mas também os havidos posteriormente a sua instituição a título gratuito (doação,

herança), bem como os sub-rogados em seu lugar restarão incomunicáveis (CC. Art. 1.659, I e II);

VII - Já no tocante às obrigações, haverá incomunicabilidade apenas quanto as anteriores a união, as provenientes de atos ilícitos e instrumentos da profissão, os proventos do trabalho pessoal de cada companheiro, assim como as pensões, montepios, meios-saldos e rendas semelhantes, também seguirão a incomunicabilidade (CC. Art.1.659; V, VI e VII) - Por fim, a administração do patrimônio comum compete a ambos os companheiros (Art. 1663); - **As testemunhas instrumentárias foram dispensadas de conformidade com o Art. 215, Parágrafo 5º do código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).** Para a lavratura desta escritura foram cumpridas as exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato, conforme art. 215, § 1º, inciso V, do Código Civil Brasileiro e artigo 1º da Lei 11.441/07. E como assim disseram e outorgaram, me pediram e eu lhes lavrei esta escritura, que lida às partes e por acharem-na em tudo conforme, a aceitaram e assinam. (ass) *[assinatura]*, Fernanda Almeida de Moura, Escrevente Autorizada. Assinaturas

MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA, LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO; Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus. Fortaleza 27 de agosto de 2014. Trasladata hoje. Eu, Fernanda Almeida de Moura Escrevente Autorizada, subscrevo e assino em público e raso de que uso. **Válido Somente Com Selo de Autenticidade.**

Em testemunho *[assinatura]* da verdade.

Fernanda Almeida de Moura
Escrevente Autorizada



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DO 7. DISTRITO POLICIAL



Impresso nº 2018128218

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 107 - 6610 / 2018

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
 Data / Hora da Comunicação: **03/10/2018 17:49:48**
 Data / Hora da Ocorrência: **29/09/2018 17:40:00**
 Endereço da Ocorrência: **RUA ACAPULCO**
 Complemento:
 Bairro:
 Município: **CAUCAIA/CE**
 Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **MARCOS ANTÔNIO SOUZA DA SILVA**
 Nascimento: **04/04/1972** CPF: **456.263.593-20**
 RG: **90001017735** Órgão Emissor: **SSP** UF: **CE**
 Filiação: **CÁSSIA SOUZA DA SILVA**
GERALDO RODRIGUES DA SILVA
 Endereço: **RUA CONSUNEL, 1130 AP 102**
 Bairro: **PARQUE POTIRA 2**
 Município: **CAUCAIA/CE** CEP:
 País: **BRASIL** Telefone:

Noticiante(s)

Nome: **LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO**
 Nascimento: **13/11/1981** CPF: **630.383.663-15**
 RG: **98010078623** Órgão Emissor: **SSP** UF:
 Filiação: **MEIREANE DE OLIVEIRA FURTADO**
LUIZ AUGUSTO SILVA
 Endereço: **RUA CNS MELO, 1130 AP 102**
 Bairro: **POTIRA** CEP: **61.600-000**
 Município: **CAUCAIA/CE**
 País: **BRASIL** Telefone: **(85) 8584-8744**

Materiais / Documentos Envolvidos

- 1) RG Órgão Emissor: SSP-CE - ROUBADO
- 2) CNH EMISSOR: DETRAN-CE CAT. HAB: AD - FURTADO
- 3) CPF Órgão Emissor: RECEITA FEDERAL - FURTADO
- 4) CHEQUE - FURTADO
- 5) MOEDA NACIONAL Qtde: 2000 reais - FURTADO

Histórico

Que é esposa da vítima fatal de acidente de trânsito que ocorreu no local acima indicado; Que está registrado esse BO para retirar o corpo o IJF-CENTRO; Que só ficou sabendo que alguém avançou a preferencial e bateu na moto do seu esposo e o mesmo veio a óbito na data de hoje 03/10/2018 por volta das 13h:20; Que está ciente que para requerer o seguro DPVAT deve procurar a delegacia responsável; Que nesse acidente furtaram os documentos acima indicados. E NADA MAIS DISSE

DELEGACIA DO 7. DISTRITO POLICIAL

Consolidado em: 03/10/2018 18:09:05

Pág. 1 de 2

Impresso em: 03/10/2018 18:09:05

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DO 7. DISTRITO POLICIAL

**Impresso nº 2018128218****BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 107 - 6610 / 2018****DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DO 7. DISTRITO POLICIAL****RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :****FRANCISCO NAIRTON ARAUJO GONCALVES - MAT.: 30114612****RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:***Wiliam de Oliveira Furtado***VISTO DO DELEGADO(A) :****ALEXANDRE PAULO DE BRITO SAUNDERS - MAT.: 404547-1-3**

*Cartório da Registro
Civil de Mondubim
Rua Clemente Silva, 251
Manganga - Pq. 60 711-445*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA

CPF
456.263.593-20

MATRÍCULA:

018515 01 56 2018 4 00012 116 0005155 78

SEXO Masculino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Separado judicialmente,
-------------------	--------------	-------------------------------------------------

NATURALIDADE Fortaleza-CE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG Nº 90001017735 SSP/CE, CPF Nº 456.263.593-20	ELEITOR Ign
------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------	----------------

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de GERALDO RODRIGUES DA SILVA e de MARIA RITA DE CASSIA SOUZA DA SILVA. Residência do
falecido: Rua Consunel, nº 1130, Aptº102, Parque Potira 2, Caucaia-CE

DATA E HORA DE FALECIMENTO Três de outubro de dois mil e dezoito, às 13h20min.	DIA 03	MES 10	ANO 2018
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------	-----------	-------------

LOCAL DE FALECIMENTO
Hospital IJF Centro, Fortaleza-CE

CAUSA DA MORTE
Traumatismo crânio encefálico por instrumento contundente

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO CEMITERIO PARQUE DA SAUDE CAUCAIA-CE	DECLARANTE LILIANE DE OLIVEIRA FURTADO, RG Nº 98010078623, CPF/MF Nº 630.363.663-15, profissão Promotora de Vendas, estado civil solteira, residente Rua Consunel nº1130 Aptº102 Parque Potira II
--------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

NOME E Nº DE DOCUMENTO (DOS) MÉDICOS QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Osmar Leite de Figueiredo Filho, CRM 3934/CE

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER
Ato registrado no livro C-12, às folhas 113, sob o nº 5155. Data do registro: 16 de outubro de 2018. Data do óbito:
3 de outubro de 2018. Profissão do falecido: Marchante. Data de nascimento do falecido: 4 de abril de 1972.
Separado judicialmente. Não constam averbações à margem do termo.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO				
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	90001017735		SSP/CE	

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo
órgão solicitante.

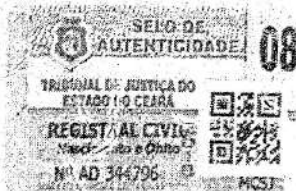
Nome do Oficial
Serviço de Registro Civil de Mondubim

Oficial Registrador
Alexandra Jackeline Moura Rolim Silva

Município/UF
Fortaleza/CE

Endereço
Rua Clemente Silva, 251A - Mondubim

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Fortaleza, 16 de outubro de 2018.



Regina C. R. Almeida
Regina Celia Rodrigues de Almeida
Escritor Autorizada

arpenceara AA 000468593 P



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

Nº do sinistro ou ASL:

CPF da vítima:

Nome completo da vítima:

456.263.593-20 Marcos Antonio Souza da Silva

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: Liliane de Oliveira Furtado

CPF: 630.383.663-15

Profissão: Vendedora

Endereço: Rua CNS Melo

Número: 1130

Complemento: Ap 102

Bairro: Polina II

Cidade: Caucaia

Estado: CE

CEP: 61600.000

E-mail: mey.romera@hotmail.com

Tel. (DDD): (85) 97188819

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ ATÉ R\$1.000,00

☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00

☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00

☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA:

(Informar o dígito se existir)

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

(Informar o dígito se existir)

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.134/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no civil) ☒ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo

Data do óbito da vítima:

03/10/2018

Grau de Parentesco com a vítima:

Vítima deixou companheiro(a): ☒ Sim ☐ Não

Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Companheira

Liliane de Oliveira Furtado

Vítima teve filhos? ☒ Sim ☐ Não

Se tinha filhos, informar quantos:

Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☒ Não

Vítima deixou pais/avós vivos? ☒ Sim ☐ Não

Vivos: 03

Falecidos: _____

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Impressão
e data da
assinatura
em 23/01/2019

Local e Data: Caucaia - CE 23/01/2019

Nome: _____

CPF: _____

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Romero

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1º Nome: _____

CPF: _____

2º Nome: Germano Pinto Bone

CPF: 600.067.453-85

Assinatura

Assinatura

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8985, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.3civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro o pedido de gratuidade judiciária à parte autora.

Designa-se audiência de conciliação e mediação, na forma do art. 334, do CPC, a ser realizada pelo CEJUSC da Comarca de Caucaia.

Cite-se a parte requerida e **intime-se** a parte autora para comparecimento, sob às penas da lei.

Caucaia (CE), 12 de agosto de 2019.

Willer Sóstenes de Sousa e Silva

Juiz de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, s/n, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Certifico que, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a) da Vara de origem, este Cejusc designou Audiência de Conciliação para o dia **16/10/2019, às 11:30h**, devendo os autos retornarem à Secretaria de origem respectiva para confecção dos expedientes necessários, observando a **sede provisória do CEJUSC/CAUCAIA**, sito, Rua Porcina Leite, s/n, Parque Soledade, Caucaia – Ceará, CEP 61.603-120, dentro do anexo da Fatene, onde funciona a 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal.

Sessão de Conciliação para a data de 16/10/2019 às 11:30h.

Caucaia/CE, 05 de setembro de 2019.

Reny Gomes Dantas

Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau.**

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, s/n, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Aos **16/10/2019**, às **11:30h**, nesta cidade de **Caucaia**, Estado do Ceará, na sala de audiência do **CEJUSC - Caucaia**, onde presente se encontrava o(a) Conciliador/Mediador (Reny Gomes Dantas, mat. 12124, designado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Coordenador do CEJUSC, realizado o pregão de estilo, repetido às **11:45 horas**, para dar cumprimento à realização de audiência de Conciliação/Mediação, por delegação do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, com as formalidades legais, restando certificado **ausentes**: o requerente e requerido, não havendo nos autos, comprovação dos expedientes de citação/intimação das partes.

Abertos os trabalhos, a realização da audiência de conciliação/mediação restou prejudicada, em face da ausência das partes, conforme registro supra. Em ato contínuo, pelo conciliador foi dito: “Faço remessa dos presentes autos à Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo, o conciliador/mediador encerrou o presente termo, por mim, Reny Gomes Dantas, digitado e subscrito pelos presentes.

Reny Gomes Dantas
Técnico Judiciário – mat. 12124
Conciliador/Mediador

Requerente: ausente

Requerido: ausente

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Caucaia

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Rua 15 de Outubro, s/n, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85)

3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**

Certifico que a audiência designada para esta data não se realizou, tendo em vista a ausência de todas as partes, conforme Termo de Audiência acostado aos autos.

Dessa forma, faço remessa dos presentes autos à secretaria de vara de origem para os devidos fins.

Caucaia/CE, 16 de outubro de 2019.

Reny Gomes Dantas
Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, s/n, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

fls. 20

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0010752-30.2019.8.06.0064
 Classe – Assunto: Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer
 Requerente: Liliane de Oliveira Furtado
 Requerido: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

Aos 16/10/2019, às 11:30h, nesta cidade de **Caucaia**, Estado do Ceará, na sala de audiência do **CEJUSC - Caucaia**, onde presente se encontrava o(a) Conciliador/Mediador (Reny Gomes Dantas, mat. 12124 , designado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Coordenador do CEJUSC, realizado o pregão de estilo, repetido às **11:45 horas**, para dar cumprimento à realização de audiência de Conciliação/Mediação, por delegação do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, com as formalidades legais, restando certificado **ausentes**: o requerente e requerido, não havendo nos autos, comprovação dos expedientes de citação/intimação das partes.

Abertos os trabalhos, a realização da audiência de conciliação/mediação restou prejudicada, em face da ausência das partes, conforme registro supra. Em ato contínuo, pelo conciliador foi dito: “Faço remessa dos presentes autos à Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo, o conciliador/mediador encerrou o presente termo, por mim, Reny Gomes Dantas, digitado e subscrito pelos presentes.


Reny Gomes Dantas
 Técnico Judiciário – mat. 12124
 Conciliador/Mediador

Requerente: ausente

Requerido: ausente

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RENY GOMES DANTAS. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjce.jus.br>, informe o processo 0010752-30.2019.8.06.0064 e o código 54D9ADA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENY GOMES DANTAS, liberado nos autos em 16/10/2019 às 12:14. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0010752-30.2019.8.06.0064 e código 54D9C4F.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8985, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.3civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 :

Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo e Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para providências necessárias e encaminhamento dos autos a CEJUSC, a fim de cumprir decisão de fls. 19/20, com a designação de audiência.

Caucaia/CE, 05 de novembro de 2019.

Sandra Felipe de Carvalho Oliveira
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, s/n, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Certifico que, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a) da Vara de origem, este Cejusc em 07/11/2019 recebeu os presentes autos via SAJ para designação de Audiência de Conciliação, tendo sido a mesma designada para o dia **22/01/2020, às 14:00h**, devendo os autos retornarem à Secretaria de origem respectiva para confecção dos expedientes necessários, observando a **sede provisória do CEJUSC/CAUCAIA**, sito, Rua Porcina Leite, s/n, Parque Soledade, Caucaia – Ceará, CEP 61.603-120, dentro do anexo da Fatene, onde funciona a 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal.

Sessão de Conciliação para a data de 22/01/2020 às 14:00h .

Caucaia/CE, 11 de novembro de 2019.

Reny Gomes Dantas

Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8985, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.3civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa na Portaria nº 03/2017, emanada pelo MM Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível, Dr. Willer Sóstenes de Sousa e Silva, publicada no Diário da Justiça em 14/08/17, por ato ordinatório e em razão de não terem sido confeccionados os expedientes devidos para realização da audiência designada para esta data. Encaminho os autos à CEJUSC para designação de nova data.

Caucaia/CE, 22 de janeiro de 2020.

Sandra Felipe de Carvalho Oliveira
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, S/N, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Aos **22/01/2020**, às **14:00h**, nesta cidade de **Caucaia**, Estado do Ceará, na sala de audiência do **CEJUSC - Caucaia**, onde presente se encontrava o(a) Conciliador/Mediador (Reny Gomes Dantas, mat. 12124), designado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Coordenador do CEJUSC, realizado o pregão de estilo, repetido às **14:15 horas**, para dar cumprimento à realização de audiência de Conciliação/Mediação, por delegação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, com as formalidades legais, restando certificado **ausentes**: o requerente e requerido, não havendo nos autos comprovação da feitura dos expedientes necessários, conforme Ato Ordinatório de fls. 25.

Abertos os trabalhos, a realização da audiência de conciliação/mediação restou prejudicada, em face da ausência das partes, conforme registro supra. Em ato contínuo, pelo conciliador que, tendo em vista solicitação da própria secretaria, redesigno referido ato para o dia **11/03/2020 às 13:00 horas**, a ser realizada na **sede deste Cejusc**, localizado no térreo do Fórum da Comarca de Caucaia, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia - Ceará. Por fim, foi dito: “Faço remessa dos presentes autos à Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia para os expedientes necessários”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo, o conciliador/mediador encerrou o presente termo, por mim, Reny Gomes Dantas, digitado e subscrito pelos presentes.

Reny Gomes Dantas
Técnico Judiciário – mat. 12124
Conciliador/Mediador

Requerente: ausente

Requerido: ausente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8985, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.3civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, e conforme Portaria nº 03/2017, do MM Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível, Dr. Willer Sóstenes de Sousa e Silva, publicada no Diário da Justiça em 14/08/17, por ato ordinatório, fica a parte autora, por seu advogado, intimada, para audiência de conciliação ou mediação, na forma do art. 334 do CPC, para o dia **11/03/2020, às 13:00 horas**, na sala da CEJUSC/CAUCAIA, localizado no térreo do Fórum de Comarca de Caucaia, sito, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia – Ceará, CEP.: 61.600-272. Fica o(a) autor(a) intimado(a) na pessoa do seu advogado (§ 2º). Não havendo manifestação de desinteresse na realização da audiência, o comparecimento é obrigatório, sob pena de o não comparecimento injustificado do autor ou do réu ser considerado ato atentatório, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do estado (§ 8º).

Caucaia/CE, 07 de fevereiro de 2020.

Ian Alves Viana

Estagiário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0024/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Emmanuela Virginia Moreira da Silva de Carvalho (OAB 38150/CE)	D.J

Teor do ato: "Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, e conforme Portaria nº 03/2017, do MM Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível, Dr. Willer Sóstenes de Sousa e Silva, publicada no Diário da Justiça em 14/08/17, por ato ordinatório, fica a parte autora, por seu advogado, intimada, para audiência de conciliação ou mediação, na forma do art. 334 do CPC, para o dia 11/03/2020, às 13:00 horas, na sala da CEJUSC/CAUCAIA, localizado no térreo do Fórum de Comarca de Caucaia, sito, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia Ceará, CEP.: 61.600-272. Fica o(a) autor(a) intimado(a) na pessoa do seu advogado (§ 2º). Não havendo manifestação de desinteresse na realização da audiência, o comparecimento é obrigatório, sob pena de o não comparecimento injustificado do autor ou do réu ser considerado ato atentatório, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do estado (§ 8º)."

Do que dou fé.
Caucaia, 12 de fevereiro de 2020.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0024/2020, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 13/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 17/02/2020, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Emmanuela Virginia Moreira da Silva de Carvalho (OAB 38150/CE)	0	17/02/2020

Teor do ato: "Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, e conforme Portaria nº 03/2017, do MM Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível, Dr. Willer Sóstenes de Sousa e Silva, publicada no Diário da Justiça em 14/08/17, por ato ordinatório, fica a parte autora, por seu advogado, intimada, para audiência de conciliação ou mediação, na forma do art. 334 do CPC, para o dia 11/03/2020, às 13:00 horas, na sala da CEJUSC/CAUCAIA, localizado no térreo do Fórum de Comarca de Caucaia, sito, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia Ceará, CEP.: 61.600-272. Fica o(a) autor(a) intimado(a) na pessoa do seu advogado (§ 2º). Não havendo manifestação de desinteresse na realização da audiência, o comparecimento é obrigatório, sob pena de o não comparecimento injustificado do autor ou do réu ser considerado ato atentatório, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do estado (§ 8º)."

Caucaia, 17 de fevereiro de 2020.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, S/N, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Aos **11/03/2020**, às **13:00h**, nesta cidade de **Caucaia**, Estado do Ceará, na sala de audiência do **CEJUSC - Caucaia**, onde presente se encontrava o(a) Conciliador/Mediador (Reny Gomes Dantas, Técnico Judiciário, mat. 12124), designado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Coordenador do CEJUSC, realizado o pregão de estilo, repetido às **13:15 hs**, para dar cumprimento à realização de audiência de Conciliação/Mediação, por delegação do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, com as formalidades legais, restando certificado **presentes**: a requerente, Sra. Liliane de Oliveira Furtado, RG nº 98010078623 SSP/CE, acompanhada da advogada, Dra. Edinalva Maria de Moraes Sousa (OAB 39833/CE), que requereu prazo para juntada de substalecimento. **Ausentes**: a parte requerida, não havendo nos autos, no momento, comprovação de expedientes de sua citação/intimação.

Abertos os trabalhos, a tentativa de conciliação/mediação restou prejudicada, em face da ausência da parte requerida, conforme registro supra. Em ato contínuo, pelo conciliador foi dito: “Faço remessa dos presentes autos à Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo, o conciliador/mediador encerrou o presente termo, por mim, Reny Gomes Dantas, digitado e subscrito pelos presentes.

Reny Gomes Dantas
Técnico Judiciário – mat. 12124
Conciliador/Mediador

Requerente

Requerido: ausente

Advogado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, S/N, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0010752-30.2019.8.06.0064
 Classe - Assunto: Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer
 Requerente: Liliane de Oliveira Furtado
 Requerido: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

Aos 11/03/2020, às 13:00h, nesta cidade de **Caucaia**, Estado do Ceará, na sala de audiência do **CEJUSC - Caucaia**, onde presente se encontrava o(a) Conciliador/Mediador (Reny Gomes Dantas, Técnico Judiciário, mat. 12124), designado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Coordenador do CEJUSC, realizado o pregão de estilo, repetido às **13:15 hs**, para dar cumprimento à realização de audiência de Conciliação/Mediação, por delegação do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, com as formalidades legais, restando certificado **presentes**: a requerente, Sra. Liliane de Oliveira Furtado, RG nº 98010078623 SSP/CE, acompanhada da advogada, Dra. Edinalva Maria de Moraes Sousa (OAB 39833/CE), que requereu prazo para juntada de substalecimento. **Ausentes**: a parte requerida, não havendo nos autos, no momento, comprovação de expedientes de sua citação/intimação.

Abertos os trabalhos, a tentativa de conciliação/mediação restou prejudicada, em face da ausência da parte requerida, conforme registro supra. Em ato contínuo, pelo conciliador foi dito: "Faço remessa dos presentes autos à Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia".

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo, o conciliador/mediador encerrou o presente termo, por mim, Reny Gomes Dantas, digitado e subscrito pelos presentes.

Reny Gomes Dantas
 Técnico Judiciário - mat. 12124
 Conciliador/Mediador

Liliane de Oliveira Furtado

Requerente

Requerido: ausente

Advogado

Edinalva Maria de Moraes Sousa OAB/CE 39.833

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Caucaia

CEJUSC - Caucaia

Rua 15 de Outubro, S/N, Novo Pabussú - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8993, Caucaia-CE - E-mail: cejusc.caucaia@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Certifico que, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a) da Vara de origem, este Cejusc em 03/07/2020 recebeu os presentes autos via SAJ para designação de Audiência de Conciliação, tendo sido a mesma designada para o dia **16/09/2020, às 13:00h**, devendo os autos retornarem à Secretaria de origem respectiva para confecção dos expedientes necessários.

Outrossim, considerando a Portaria 01/2020 do Cejusc de Caucaia, datada de 27/05/2020, bem como as Portarias 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, publicada no dia 29/05/2020, informo que, em se mantendo estado de EMERGÊNCIA por conta da PANDEMIA COVID-19, bem como o protocolo de retorno do TJCE, referida audiência se realizará por videoconferência, através do sistema disponibilizado pelo **CNJ CISCO WEBEX MEETINGS**, na sala de audiência virtual: **<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978>**, a qual deverá ser acessada somente no dia e hora da audiência ora designada. Caso haja retorno e autorização de audiências presenciais de forma plena ou parcial, referida audiência poderá ser convertida em audiência presencial, na sede do CEJUSC/CAUCAIA, localizado no térreo do Fórum de Comarca de Caucaia, sito, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia – Ceará, CEP.: 61.600-272.

Redesigno Audiência de Conciliação para o dia 16/09/2020, às 13:00h.

Caucaia/CE, 03 de julho de 2020.

Reny Gomes Dantas
Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8985, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.3civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, , para o comparecimento das partes à Audiência de **Conciliação** na data de **16/09/2020** às **13:00h** na sala de audiência virtual: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978>.

Decisão: "Certifico que, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a) da Vara de origem, este Cejusc em 03/07/2020 recebeu os presentes autos via SAJ para designação de Audiência de Conciliação, tendo sido a mesma designada para o dia 16/09/2020, às 13:00h, devendo os autos retornarem à Secretaria de origem respectiva para confecção dos expedientes necessários. Outrossim, considerando a Portaria 01/2020 do Cejusc de Caucaia, datada de 27/05/2020, bem como as Portarias 01/2020 e 02/2020 do NUPMEC/TJCE, publicada no dia 29/05/2020, informo que, em se mantendo estado de EMERGÊNCIA por conta da PANDEMIA COVID-19, bem como o protocolo de retorno do TJCE, referida audiência se realizará por videoconferência, através do sistema disponibilizado pelo CNJ CISCO WEBEX MEETINGS, na sala de audiência virtual: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978> , a qual deverá ser acessada somente no dia e hora da audiência ora designada. Caso haja retorno e autorização de audiências presenciais de forma plena ou parcial, referida audiência poderá ser convertida em audiência presencial, na sede do CEJUSC/CAUCAIA, localizado no térreo do Fórum de Comarca de Caucaia, sito, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia Ceará, CEP.: 61.600-272."

Caucaia/CE, 25 de agosto de 2020.

Carlos Eduardo Amaral de Sousa
Assistente de Unid. Judiciária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8985, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.3civel@tjce.jus.brCaucaia

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Liliane de Oliveira Furtado**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Prezado(a) Sr(a) Representante do(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Willer Sóstenes de Sousa e Silva**, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia da comarca Caucaia/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e documentos poderá ser consultada no sistema processual e-SAJ, bem como **INTIMAÇÃO** para comparecer à audiência de conciliação marcada para o dia 16/09/2020 às 13:00h, na sala de audiência virtual: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978>. , podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10), e advertindo-se que o prazo contestatório, de 15 dias, contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor no pedido inicial.

Adverta-se também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

Caucaia/CE, 25 de agosto de 2020.

Carlos Eduardo Amaral de Sousa
Assistente de Unid. Judiciária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8985, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.3civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0010752-30.2019.8.06.0064**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
Liliane de Oliveira Furtado
 Requerido **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA-SE que em 25/08/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, , para o comparecimento das partes à Audiência de Conciliação na data de 16/09/2020 às 13:00h na sala de audiência virtual: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978>. Decisão: "Certifico que, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a) da Vara de origem, este Cejusc em 03/07/2020 recebeu os presentes autos via SAJ para designação de Audiência de Conciliação, tendo sido a mesma designada para o dia 16/09/2020, às 13:00h, devendo os autos retornarem à Secretaria de origem respectiva para confecção dos expedientes necessários. Outrossim, considerando a Portaria 01/2020 do Cejusc de Caucaia, datada de 27/05/2020, bem como as Portarias 01/2020 e 02/2020 do NUPMEC/TJCE, publicada no dia 29/05/2020, informo que, em se mantendo estado de EMERGÊNCIA por conta da PANDEMIA COVID-19, bem como o protocolo de retorno do TJCE, referida audiência se realizará por videoconferência, através do sistema disponibilizado pelo CNJ CISCO WEBEX MEETINGS, na sala de audiência virtual: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978> , a qual deverá ser acessada somente no dia e hora da audiência ora designada. Caso haja retorno e autorização de audiências presenciais de forma plena ou parcial, referida audiência poderá ser convertida em audiência presencial, na sede do CEJUSC/CAUCAIA, localizado no térreo do Fórum de Comarca de Caucaia, sito, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia Ceará, CEP.: 61.600-272."".

Caucaia/CE, 25 de agosto de 2020.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0609/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Emmanuela Virginia Moreira da Silva de Carvalho (OAB
38150/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, , para o comparecimento das partes à Audiência de Conciliação na data de 16/09/2020 às 13:00h na sala de audiência virtual: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978>. Decisão: "Certifico que, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a) da Vara de origem, este Cejusc em 03/07/2020 recebeu os presentes autos via SAJ para designação de Audiência de Conciliação, tendo sido a mesma designada para o dia 16/09/2020, às 13:00h, devendo os autos retornarem à Secretaria de origem respectiva para confecção dos expedientes necessários. Outrossim, considerando a Portaria 01/2020 do Cejusc de Caucaia, datada de 27/05/2020, bem como as Portarias 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, publicada no dia 29/05/2020, informo que, em se mantendo estado de EMERGÊNCIA por conta da PANDEMIA COVID-19, bem como o protocolo de retorno do TJCE, referida audiência se realizará por videoconferência, através do sistema disponibilizado pelo CNJ CISCO WEBEX MEETINGS, na sala de audiência virtual: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m3be1b2c7ae35bf17ae95f832c470f978> , a qual deverá ser acessada somente no dia e hora da audiência ora designada. Caso haja retorno e autorização de audiências presenciais de forma plena ou parcial, referida audiência poderá ser convertida em audiência presencial, na sede do CEJUSC/CAUCAIA, localizado no térreo do Fórum de Comarca de Caucaia, sito, Rua 15 de outubro, s/n, Novo Pabussu, Caucaia Ceará, CEP.: 61.600-272."

Caucaia, 25 de agosto de 2020.